



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 676/2013

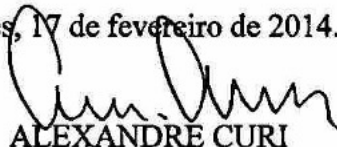
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 7.141, de 11 de maio de 1979;
- II - Lei nº 9.583, de 9 de abril de 1991;
- III - Lei nº 9.636, de 5 de julho de 1991;
- IV - Lei nº 9.685, de 5 de setembro de 1991;
- V - Lei nº 9.688, de 5 setembro de 1991;
- VI - Lei nº 9.740, de 17 de outubro de 1991;
- VII - Lei nº 9.753, de 17 de outubro 1991;
- VIII - Lei nº 9.762, de 21 de outubro de 1991;
- IX - Lei nº 9.766, de 21 de outubro de 1991;
- X - Lei nº 9.805, de 12 de novembro de 1991;
- XI - Lei nº 9.864, de 20 de dezembro de 1991;
- XII - Lei nº 9.867, de 20 de dezembro de 1991;
- XIII - Lei nº 9.912, de 19 de março de 1992;
- XIV - Lei nº 9.924, de 8 de abril de 1992 e
- XV - Lei nº 9.928, de 10 de abril de 1992.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 677/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

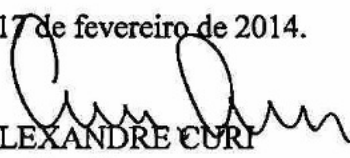
Pública:

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade

- I – Lei nº 10.384, de 14 de julho de 1993;
- II – Lei nº 10.402, de 2 de agosto de 1993;
- III – Lei nº 10.415, de 2 de agosto de 1993;
- IV – Lei nº 10.424, de 2 de agosto de 1993;
- V – Lei nº 10.718, de 7 de março de 1994;
- VI – Lei nº 10.780, de 10 de maio de 1994;
- VII – Lei nº 10.839, de 5 de julho de 1994;
- VIII – Lei nº 10.849, de 5 de julho de 1994;
- IX – Lei nº 10.854, de 5 de julho de 1994;
- X – Lei nº 10.924, de 26 de outubro de 1994;
- XI – Lei nº 10.925, de 26 de outubro de 1994;
- XII – Lei nº 10.939, de 28 de novembro de 1994;
- XIII – Lei nº 11.320, de 17 de janeiro de 1996;
- XIV – Lei nº 12.153, de 27 de maio de 1998 e
- XV – Lei nº 12.160, de 27 de maio de 1998.

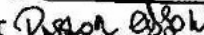
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator




Torquato



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 678/2013

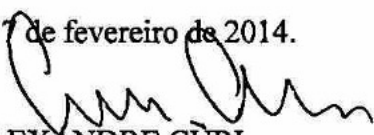
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.


Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 10.608, de 13 de dezembro de 1993;
- II - Lei nº 10.611, de 13 de dezembro de 1993;
- III - Lei nº 10.731, de 11 de abril de 1994;
- IV - Lei nº 10.759, de 9 de maio de 1994;
- V - Lei nº 10.778, de 10 de maio de 1994;
- VI - Lei nº 10.810, de 24 de maio de 1994;
- VII - Lei nº 10.846, de 5 de julho de 1994;
- VIII - Lei nº 10.948, de 7 de dezembro de 1994;
- IX - Lei nº 10.987, de 27 de dezembro de 1994;
- X - Lei nº 11.048, de 3 de janeiro de 1995;
- XI - Lei nº 11.081, de 24 de abril de 1995;
- XII - Lei nº 11.193, de 13 de novembro de 1995;
- XIII - Lei nº 11.194, de 13 de novembro de 1995;
- XIV - Lei nº 11.199, de 13 de novembro de 1995 e
- XV - Lei nº 11.296, de 26 de dezembro de 1995.

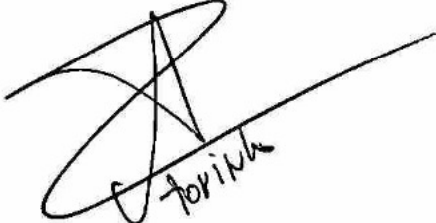
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator *Posto assin*


Marcos Liboni


Torin



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

CÔMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 679/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 10.365, de 14 de julho de 1993;
- II - Lei nº 10.367, de 14 de julho de 1993;
- III - Lei nº 10.399, de 2 de agosto de 1993;
- IV - Lei nº 10.401, de 2 de agosto de 1993;
- V - Lei nº 10.412, de 2 de agosto de 1993;
- VI - Lei nº 10.423, de 2 de agosto de 1993;
- VII - Lei nº 10.425, de 2 de agosto de 1993;
- VIII - Lei nº 10.445, de 21 de setembro de 1993;
- IX - Lei nº 10.457, de 21 de setembro de 1993;
- X - Lei nº 10.477, de 15 de outubro de 1993;
- XI - Lei nº 10.523, de 11 de novembro de 1993;
- XII - Lei nº 10.537, de 30 de novembro de 1993;
- XIII - Lei nº 10.586, de 13 de dezembro de 1993;
- XIV - Lei nº 10.604, de 13 de dezembro de 1993;
- XV - Lei nº 10.607, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 711/2013

Revoga a Lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 1º Revoga a Lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Wilson Edison


Relator Wilson Edison


Marcos Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 712/2013

Revoga as Leis nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996; de 17 de maio de 1993; nº 16.712, de 23 de dezembro de 2010; nº 12.568, de 8 de junho de 1999; nº 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e nº 14.373, de 1º de março de 2005.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996; nº 10.274, de 17 de maio de 1993; nº 16.712, de 23 de dezembro de 2010; nº 12.568, de 8 de junho de 1999; nº 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e nº 14.673, de 1º de março de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 713/2013


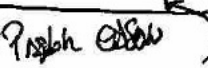
Revoga as Leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984; nº 10.246, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984; 10.246, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e nº 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator 







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 743/2013

Revoga a Lei nº 12.265, de 12 de agosto de 1998.

Art. 1º Revoga a Lei nº 12.265, de 12 de agosto de 1998.

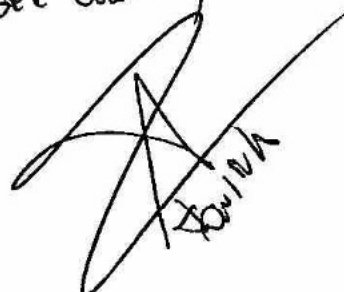
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente

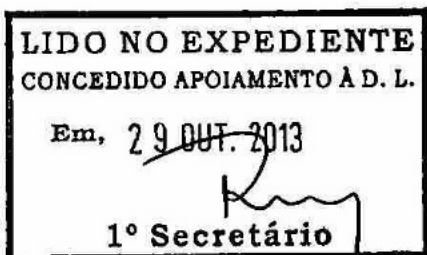

Relator 


José Carlos


José Carlos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 565/2013

Altera a redação da Lei nº
15.254/2006 - declaração de
Utilidade Pública.

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 15.254, de 11 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubatã - Ascau, com sede e foro no Município de Ubatã."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

A presente Lei trata de alterar a razão social da instituição declarada de Utilidade Pública.

O Estatuto da instituição trouxe alteração no nome, passando a ser "Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubatã - Ascau", o que também consta no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal.

Em razão do exposto, necessária a apresentação desta Lei para corrigir a razão social do Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubatã - Ascau que, anteriormente, tinha a razão social Sistema de Saúde de Ubatã - Sisú.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 15254 - 11 de Setembro de 2006

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 7307 de 11 de Setembro de 2006

Súmula: Declara de utilidade pública o Sistema de Saúde de Ubatã – SISU, com sede e foro no Município de Ubatã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública o Sistema de Saúde de Ubatã – SISU, com sede e foro no Município de Ubatã.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de setembro de 2006.

Hermes Brandão
Governador do Estado, em exercício

Claudio Murilo Xavier
Secretário de Estado da Saúde

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



PL - 351/06

Diretoria : D/ ata eleições



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 565/2013

Projeto de Lei nº. 565/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Tercílio Turini, Jonas Guimarães, Aníbelli Neto e Cantora Mara Lima.

Súmula: *Altera a redação da Lei nº 15.254/2006 - declaração de Utilidade Pública.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 15.254/2006 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SISTEMA DE SAÚDE DE UBIRATÃ" PARA "HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CASA DE UBIRATÃ - ASCAU" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 15.254/2006. Súmula: Declara de utilidade pública o Sistema de Saúde de Ubiratã- SISU, com sede e foro no Município de Ubiratã.

O projeto pretende modificar a denominação da entidade "Sistema de Saúde de Ubiratã" para " Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubiratã- Ascau", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Destarte, a presente Associação já é declarada de Utilidade Pública conforme a Lei nº 15.254/2006, vejamos:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o Sistema de Saúde de Ubatã- SISU, com sede e foro no Município de Ubatã.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 04 NOV. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 579 /2013

Altera a Lei nº 7.626/1982.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.626, de 12 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Marechal Cândido Rondon."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Rondon, com sede e foro no Município de Rondon. Contudo, verifica-se que o Município de Rondon integra a Comarca de Marechal Cândido Rondon, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Saia das Sessões, 4 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 579/2013

Projeto de Lei nº. 579/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a redação nº 7.626/1982

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.626/1982 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar o foro da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei :

Lei 7.626/1982. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON – APAE, com sede e foro na cidade de Rondon.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Rondon" para "sede no Município de Rondon e foro no Município de Marechal Cândido Rondon".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

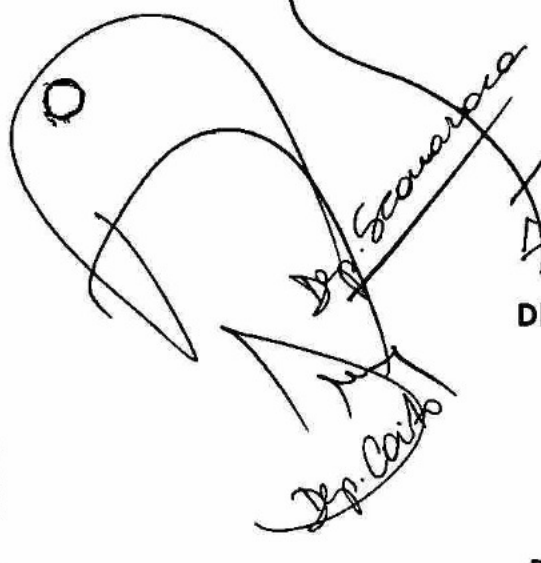

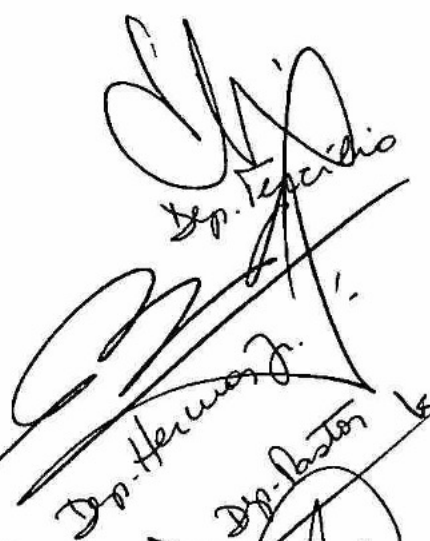


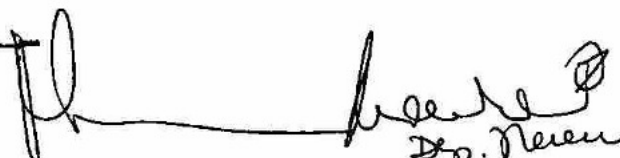
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







APROVADO

16.12.13

Praça Nossa Senhora da Salette, nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 628 /2013

Altera a Lei nº 12.735/1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruz Machado. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12735 - 30 de Novembro de 1999

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 5630 de 1 de Dezembro de 1999

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cruz Machado, com sede e foro no município de Cruz Machado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cruz Machado, com sede e foro no município de Cruz Machado.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de novembro de 1999.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro União da Vitória



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/2013

Projeto de Lei nº 628/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 12.735/1999.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.735/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.735/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Cruz Machado, com sede e foro no Município de Cruz Machado.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Cruz Machado" para "sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



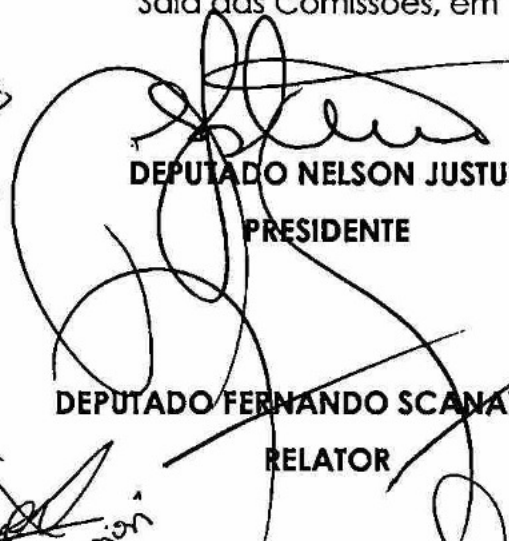
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


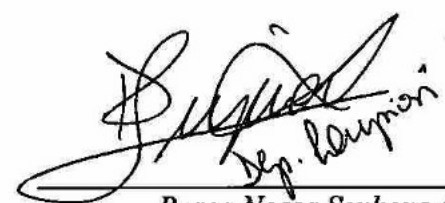


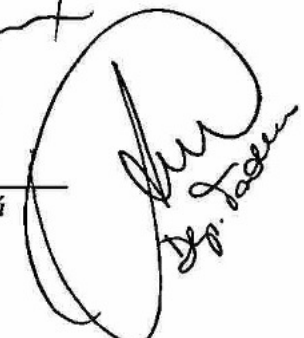
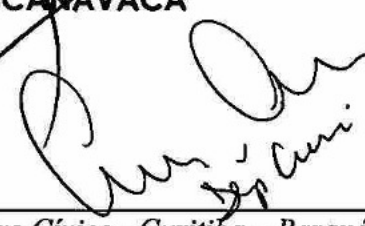
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 18 NOV. 2013
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 629 /2013

Altera a Lei nº 11.398/1996.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.398, de 30 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Braganey e foro no Município de Corbélia."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

[Assinatura]
Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

[Assinatura]
Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.398, de 30 de maio de 1996 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Braganey. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Braganey e foro no Município de Corbélia, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 11398 - 30 de Maio de 1996

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 4768 de 30 de Maio de 1996

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da cidade de Braganey, com sede e foro naquele município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da cidade de Braganey, com sede e foro naquele município.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de maio de 1996.

Deputado Aníbal Khury
Governador do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro Corbélia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 629/2013

Projeto de Lei nº 629/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 11.398/1996.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.398/1996 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.398/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da Cidade de Braganey, com sede e foro naquele Município.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Braganey" para "sede no Município de Braganey e foro no Município de Corbélia".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



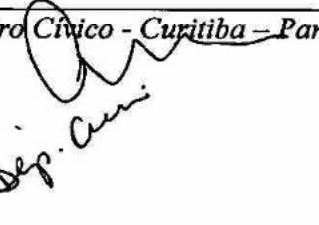
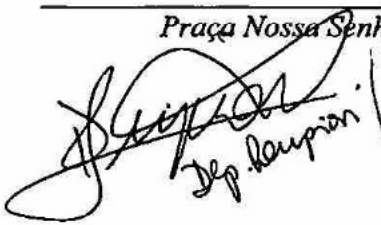

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO

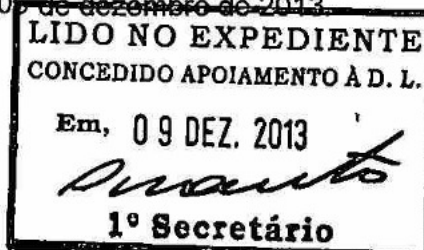
11/12/13


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Veto N° 29/13

Senhor Presidente,



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 352/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 421/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 421/2013, de autoria do Poder Executivo, foi submetido à apreciação dessa Casa de Leis por meio da Mensagem Governamental nº 99/2013, com o objetivo de obter autorização para efetuar a doação, ao Instituto Paranaense de Cegos, de uma área de 36.089,60 m², sem benfeitorias, situada no Bairro Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, para ser utilizado exclusivamente pelo citado Instituto para desenvolvimento de suas atividades.

Ocorre que a proposta original sofreu "substitutivo geral" por parte dessa Assembleia Legislativa, que retirou a destinação certa (Instituto Paranaense de Cegos) e alterou a destinação do referido bem para "o desenvolvimento de ações, atividades e instalações que beneficiem o referido Instituto".

Desta forma, a alteração demandada prejudicou aspectos da natureza intrínseca própria dos bens de titularidade do Estado, inclusive, procedimentos adotados para a gestão do patrimônio público estadual, frente a abertura, neste caso em especial, de possibilidade de exploração pela iniciativa privada, atentando, mesmo, contra o espírito das exceções previstas no art. 10 da Constituição Estadual que, também para o caso, estende a doação de bens imóveis a Entidades de Assistência Social sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública.

Nesse passo, uma vez que os imóveis públicos não podem ser utilizados gratuitamente e de qualquer maneira pela iniciativa privada, podendo ofender ao princípio do interesse público, vetei integralmente o Projeto de Lei em análise e, em assim sendo, restituo o mesmo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.713.972-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-900
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 05/12/2013.

Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

Projeto de Lei nº 421/2013 (Autoria do Poder Executivo)



SEEG
CTL
Fls. 55

Reverte ao patrimônio do Estado área do imóvel que
específica, doado ao Instituto Paranaense de Cegos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

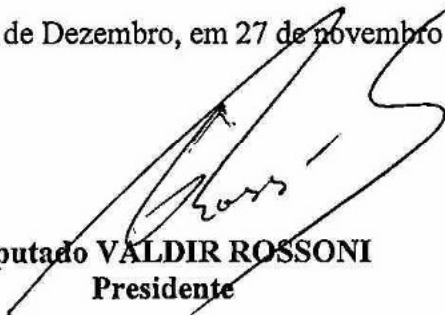
Art. 1º Fica revertido ao patrimônio do Estado a fração ideal de 25, 43%, correspondente a 12.310,40 m², do imóvel doado ao Instituto Paranaense de Cegos, situado no Campo Comprido, nesta Capital, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º A fração remanescente de 74,57%, correspondente a 36.089,60 m², permanecerá doada em favor do Instituto Paranaense dos Cegos, e será utilizada exclusivamente para o desenvolvimento de ações, atividades e instalações que beneficiem o referido Instituto.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.383, de 24 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 27 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 29/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 29/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto ao Projeto de Lei nº 421/2013, de autoria do Poder Executivo, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao instituto paranaense de cegos.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 421/2013, de autoria do Poder Executivo, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao instituto paranaense de cegos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 421/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **02 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 29/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

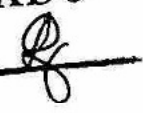
Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. TADEU VENERI
RELATOR



APROVADO

16.12.13 

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

